



Bolsas Na segunda-feira	Pontuação B3 Ibovespa nos últimos dias	Salário mínimo	Dólar Na segunda-feira	Euro Comercial, venda na segunda-feira	Capital de giro Na segunda-feira	CDB Prefixado 30 dias (ao ano)	Inflação IPCA do IBGE (em %)
0,38% São Paulo	97.881 13/7 14/7 15/7 18/7	R\$ 1.212	R\$ 5,426 (+ 0,38%)	R\$ 5,504	6,76%	13,38%	Fevereiro/2022 1,01 Março/2022 1,62 Abril/2022 1,06 Maio/2022 0,47 Junho/2022 0,67

PETROBRAS

Conselho de Administração confirma rejeição a dois nomes da lista encaminhada pelo governo para compor o órgão. Decisão ocorre em meio às pressões do presidente Jair Bolsonaro (PL) para controlar política de preços da estatal

Veto mantido a indicados do Planalto

» FERNANDA STRICKLAND

O Conselho de Administração (CA) da Petrobras manteve o veto do Comitê de Elegibilidade (Celeg) da empresa a dois nomes indicados pelo governo para compor o colegiado. Jonathas Assunção Salvador Nery de Castro, número dois da Casa Civil, e o procurador-geral da Fazenda Nacional, Ricardo Soriano de Alencar, foram rejeitados, na semana passada, pelo Celeg, que apontou conflito de interesses entre as atividades que eles desempenham no governo e a função que teriam na empresa. O Conselho decidiu, ainda, convocar Assembleia Geral Extraordinária (AGE) de acionistas para 19 de agosto com o propósito de deliberar sobre os novos integrantes do órgão.

O governo indicou oito nomes para ocupar os assentos a que tem direito no Conselho de Administração, incluindo Caio Paes de Andrade, que já assumiu o cargo de presidente executivo da empresa. Com a rejeição de dois dos integrantes da lista, voltou a ter seis das 11 cadeiras do colegiado, a menos que faça mais indicações até a data da AGE. Até o fechamento desta edição, a Casa Civil e o Ministério de Minas e Energia não informaram se vão indicar substitutos para os nomes rejeitados.

A decisão do Conselho ocorre em meio às pressões do presidente Jair Bolsonaro (PL) sobre a empresa com o objetivo de controlar os preços dos combustíveis em meio à campanha eleitoral. Após conseguir que o Congresso aprovasse cortes nos impostos desses produtos, Bolsonaro, na semana passada, voltou a questionar a política da estatal. “A política não pode ser o lucro pelo lucro. Petrolíferas do mundo todo diminuíram a margem de lucro, é o que a gente quer da Petrobras. Isso vai acontecer e sem interferência”, disse o chefe do Executivo em transmissão ao vivo nas redes sociais.

Para o economista do Insuper Otto Nogami, a decisão do Conselho, porém, mostra que existem mecanismos internos à estatal que funcionam como obstáculo às pretensões presidenciais.

Fernando Frazão/Agência Brasil



Assembleia-Geral Extraordinária de acionistas marcada para 19 de agosto vai deliberar sobre novos integrantes do colegiado

“Não podemos esquecer que os integrantes do Conselho de Administração respondem com seu patrimônio pessoal por eventuais questionamentos judiciais quanto à boa gestão da empresa”, ressaltou.

Chapéu alheio

“Nesse sentido, “congelar” os preços dos combustíveis é uma atitude que pode prejudicar a empresa, tal como ocorreu no governo Dilma, quando a estatal acabou sendo altamente prejudicada”, observou Nogami. “A sorte do governo é que o preço do barril está caindo no mercado internacional, apesar da alta de hoje (o Brent fechou no mercado futuro a US\$ 105,74).”

O cientista político e professor do Ibmec Danilo Moraes dos Santos explicou que as trocas no Conselho de Administração da Petrobras constituem mais um lance de intervenção ostensiva do governo sobre a política de paridade internacional de preços, embalada pelo calendário eleitoral. “Como alterar diretamente as regras de governança da estatal teria um custo muito alto, a opção do presidente é mostrar o poder de sua caneta”, disse. “Ao destituir sucessivos conselheiros e presidentes da Petrobras, Bolsonaro adota uma política diversionista para transmitir ao público a impressão de que está lutando para arrefecer os preços, embora até aqui, tenha

apenas feito graça com o chapéu alheio nas renúncias forçadas do ICMS dos governos estaduais”, afirmou.

Para o cientista político, com a nova composição do Conselho de Administração, o governo espera que a Petrobras opere de forma mais alinhada aos interesses do governo, e reduza os preços dos combustíveis, com base na recente queda dos preços internacionais do petróleo. “Até as eleições, sem rodeios, o governo buscará acelerar o ritmo dos descontos e, contraditoriamente, diminuir o dos repasses, na flutuação internacional do câmbio e do petróleo, numa intervenção disfarçada nos preços”, comentou Santos.



“Até as eleições, o governo buscará acelerar o ritmo dos descontos e diminuir o dos repasses, na flutuação internacional do câmbio e do petróleo, numa intervenção disfarçada nos preços”

Danilo Moraes dos Santos, professor do Ibmec

Reprodução da Internet



Alex Agostini: melhora em ano eleitoral vira piora mais adiante

Visão pessimista para 2023

» ROSANA HESSEL

As reduções de tributos, como o Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) sobre combustíveis, telefonia e energia elétrica, levou o mercado financeiro a reduzir, mais uma vez, a estimativa de inflação para este ano. No entanto, as previsões para 2023 e 2024 pioraram.

A mediana das estimativas do mercado para o Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) de 2022, passou de 7,67%, na semana passada, para 7,54%, no relatório Focus divulgado ontem pelo banco Central. A projeção, no entanto, continua acima do teto da meta, de 5%, dificultando o trabalho do BC em

cumprir sua missão de preservar o valor da moeda pelo segundo ano consecutivo.

Já a mediana das projeções do indicador oficial do custo de vida de 2023 passou de 5,09% para 5,20%, dado também acima do teto da meta do próximo ano, de 4,75%.

Não à toa, as projeções dos analistas ouvidos pelo BC não são animadoras para a taxa básica da economia (Selic), atualmente em 13,25% ao ano. Apesar de manterem em 13,75% a previsão para a Selic no fim de 2022, operadores do mercado elevaram a projeção dos juros básicos de 10,50% para 10,75% anuais no fim de 2023, em um claro sinal de que o BC terá trabalho para controlar a inflação no próximo ano, que deverá subir

ainda mais, em grande parte, devido ao impacto negativo das medidas da PEC das Bondades, ou Kamikaze, consideradas eleitoreiras.

“Com fim da redução do ICMS em 31 de dezembro deste ano, os preços subirão no dia seguinte e impactarão o IPCA de 2023. Trocamos a melhora em ano eleitoral por piora em 2023”, ressaltou Alex Agostini, economista-chefe da Austin Rating.

A previsão do mercado para o crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) deste ano passou de 1,59% para 1,75%, mas a de 2023 manteve-se em 0,50%. Desse modo, continuam abaixo da perspectiva do Ministério da Economia de altas de 2%, no PIB de 2022, e de 2,5%, em 2023.

ICMS em debate

» RAPHAEL FELICE

Em meio ao impasse com relação às alíquotas do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) incidente sobre os combustíveis, o ministro Gilmar Mendes, do Supremo Tribunal Federal (STF), determinou a criação de uma comissão especial como mais uma tentativa de promover a conciliação entre os estados e a União sobre o tema.

O colegiado será formado por representantes escolhidos pelos estados e o governo federal, além de integrantes da Câmara dos Deputados, do Senado Federal, do Tribunal de Contas da União (TCU). Dois representantes dos municípios serão admitidos como observadores. Os trabalhos têm início marcado para 2 de agosto e devem chegar ao fim em 4 de novembro.

A principal queixa dos entes federados se refere às mudanças promovidas pelo Congresso Nacional com a aprovação do Projeto de Lei Complementar (PLP 18), que impôs um teto de 18% para cobrança do ICMS sobre bens e serviços de energia elétrica, combustíveis, transportes coletivos e comunicações.

Gilmar Mendes é relator de duas ações sobre o tema no STF: uma de governos de 11 estados e do Distrito Federal, que pede a suspensão do teto do ICMS. Na ação, os governadores argumentam que o teto é uma interferência inédita sobre a cobrança do tributo estadual; a outra ação, do governo federal, aponta a inconstitucionalidade de leis complementares das unidades da Federação que fixaram alíquotas do ICMS.

Solução equilibrada

Na decisão em que determinou a criação da comissão de conciliação, o ministro afirma que estados e União devem ouvir especialistas em contas públicas para debater uma solução equilibrada entre as duas partes.

“Tenho que a medida processual adequada ao quadro descrito acima é a criação de Comissão Especial para acompanhamento/equacionamento de todas essas questões, a qual servirá também para ouvir especialistas e experts em contas públicas e arrecadação de ICMS. Tal mecanismo gerará as condições para o estabelecimento de amplo debate entre os entes federativos e a sociedade civil”, determinou o ministro.

A comissão terá, entre as principais atribuições, analisar eventuais incompatibilidades entre as Leis Complementares 192/2022 (que zera PIS/Cofins) e 194/2022 (oriunda do PLP 18) e sobre as divergências sobre os impactos fiscais e arrecadatórios nos cofres estaduais.